

SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer

CSP
Coutinho FENAJUF

Jornal do *Judiciário*

Sexta-feira, 17 de julho de 2015
JJ534 / 12.500 exemplares



Siga o Sintrajud nas redes sociais:
facebook.com/Sintrajud
twitter.com/Sintrajud

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP - Gestão: Unidade e Luta 2014/2017 - Tel.: (11) 3222-5833

120 mil servidores exigem: #SancionaDilma



3º GRANDE ATO #PLC28SancionaDilma

Dia 21- às 14h - Av. Paulista - Concentração no Fórum Cível Pedro Lessa

Pressão da categoria faz STF voltar atrás e “admitir” defesa do PLC 28

Direções do Sindiquinze e do Sisejufe-RJ participaram de reunião montada por diretor-geral para desmentir o que disse na véspera; Comando Nacional de Greve cobra explicações

Textos divulgados por pelo menos dois sindicatos cujas direções são ligadas ao governo Dilma dizem que o diretor-geral do STF, Amarildo Vieira, convocou uma reunião, por fora da organização sindical nacional da categoria, para desdizer o que dissera na véspera aos representantes dos servidores.

Ao que parece, a repercussão negativa e as contradições geradas pela afirmação do diretor-geral de que o ministro Ricardo Lewandowski não intercedera mais em favor do projeto de reajuste salarial, após a aprovação do PLC 28 no Senado, teriam levado o tribunal a montar a reunião com supostos “interlocutores” da categoria escolhidos a dedo.

O recuo do Supremo, no entanto, que agora diz que teria atuado a favor do PLC 28 mesmo após a votação no Senado e que defenderá o reajuste salarial seja qual for a decisão da presidente Dilma Rousseff (PT) sobre o projeto, esvazia a própria versão oficial de que a pressão dos servidores para votar o PLC 28 teria sido um “erro”.

O diretor do STF tentou “plantar” essa versão na reunião de quarta-feira (15) com representantes da federação nacional (Fenajufe), do Comando Nacional de Greve, do sindicato de Brasília (Sindjus-DF) e do sindicato do Rio (Sisejufe). Disse que Lewandowski se sentira desautorizado pela categoria, estaria irritado com postagens nas redes sociais e não se movera mais a favor do PLC

28 após o envio da proposta pelo Legislativo para sanção ou veto da presidente Dilma. Afirmou ainda que o presidente do Supremo não receberia mais os representantes sindicais dos servidores e que só após a decisão do governo definiria o que fazer.

Logo em seguida à audiência, um dirigente da federação nacional, Roberto Ponciano, que é também sindicalista da CUT e integra o grupo que dirige o sindicato do Rio (Sisejufe), postou nas redes sociais áudio em que corrobora com a visão apresentada pelo STF para a questão, chegando a dizer que o ministro Lewandowski tinha motivos para não mais interceder a favor da proposta, já que estaria sendo “achincalhado” por servidores.

O curioso é que coube à própria direção do Sisejufe, sem autorização ou conhecimento da base da categoria no estado, a ‘tarefa’ de participar do encontro montado às pressas no dia seguinte para ‘desmentir’ o que de essencial se dissera na véspera.

Encontro no Porto

A nova versão do suposto cenário das negociações após o PLC 28 ser aprovado no Congresso foi divulgado por pelo menos dois sindicatos – o Sisejufe, do Rio, e o Sindiquinze, cuja sede principal é em Campinas (SP). Ambos estão entre os poucos que permanecem filiados à CUT (Central Única dos Trabalhadores) no Judiciário Federal e MPU e são dirigidos por sindicalistas que de-



Em meio a polêmicas e contradições, Lewandowski recua e diz que vai defender PLC 28

fendem o governo Dilma, apesar dos sucessivos “vetos” da presidente ao reajuste salarial da categoria.

Teriam participado da reunião o presidente do Sindiquinze, Zé Aristéia, o presidente do Sisejufe, Valter Nogueira, o secretário-geral da Anajustra, Alexandre Seixas, o presidente da Agelpojus, Edmilton Gomes, o diretor de base do Sisejufe, Roberto Ponciano, e o servidor do TJDF, Jailton Assis. O texto publicado nos dois sindicatos é basicamente o mesmo – não havendo, porém, indicação explícita sobre de quem é a autoria.

Segundo o relato, durante a segunda reunião conduzida pelo diretor-geral, Lewandowski teria passado brevemente pela sala e dito aos servidores que conversou, sim, com Dilma sobre o projeto durante o encontro dos dois na cidade do Porto, em Portugal. Lewandowski vinha sendo cobrado pela mídia e por setores da

oposição ao governo sobre o teor do encontro, por fora da agenda oficial, que tivera com a presidente Dilma em terras portuguesas, já que eventuais processos contra ela tendem a passar pelo Supremo.

Fortalecer a greve

Reunido na noite da quinta-feira (16), o Comando Nacional de Greve (CNG) criticou o que ocorreu e ressaltou que a definição de quem negocia em nome da categoria cabe aos servidores em seus fóruns sindicais, não ao STF. O CNG reafirmou a unidade da categoria em torno da federação, cobrou explicações dos sindicatos envolvidos, reforçou a orientação de fortalecer a greve e adequou o calendário de mobilizações. A proposta é fazer de 20 a 22 de julho dias de protestos, “apagões” e greve total da categoria em Brasília e nos estados para exigir a sanção do PLC 28.

Servidores fazem protesto em MG e conseguem reunião com Lewandowski

“Apertado” pelos trabalhadores, ministro teria dito que a categoria deve trabalhar pela sanção



Servidores se concentram em frente ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais

A pressão de cerca de 400 servidores do Judiciário Federal de Minas Gerais na sexta-feira, 17, em frente ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, conseguiu fazer com que o ministro Ricardo Lewandowski, presidente do STF, recebesse servidores em reunião. Esteve presente no ato

o diretor do Sintrajufe/RS, Ruy Almeida.

No protesto, os servidores encenaram um cortejo fúnebre, representando o enterro do Poder Judiciário.

Segundo matéria publicada no site da Fenajufe, construída a partir de relato de servidores, Alexandre

Magnus, coordenador da federação, lembrou Lewandowski que em reunião realizada no dia 29 de junho o ministro disse que o problema do Judiciário estava no Legislativo. Na reunião desta sexta-feira, Magnus salientou que “o projeto, que é de autoria do STF, foi aprovado e, agora, precisamos de sua ajuda, para que seja sancionado”.

Ainda segundo o relato, sobre o encontro com Dilma em Portugal, Lewandowski afirmou que o encontro ocorreu por coincidência de agenda, e que tentou “costurar” com ela uma saída para o projeto de revisão salarial.

A resposta da chefe do Executivo teria sido que o ajuste fiscal e a insuficiência no orçamento impedem o go-

verno de viabilizar a implementação do PLC 28/2015. “A gente não pode pagar por isso”, respondeu Magnus, argumentando com o ministro que, apesar das dificuldades do governo, o projeto de aumento dos magistrados foi aprovado, enquanto os servidores sofrem com uma defasagem salarial de nove anos.

Os demias servidores que também participaram da reunião relataram aos colegas que “o ministro só recebeu a gente porque a gente está em greve e veio aqui.” Eles chamaram a atenção para uma fala de Lewandowski durante a reunião ao se sentir apertado pelos servidores. “Continuem na luta pela sanção. Se houver veto, lutem contra o veto”, disse o ministro.

Em semana decisiva, a greve é TOTAL

Em todo o país, servidores intensificam mobilização nos dias 20 e 21 para pressionar pela sanção do PLC 28

Todo o esforço do governo para desarticular os servidores do Judiciário Federal e enfraquecer a greve pela sanção do PLC 28, reverte-se em mais energia de luta.

Na tarde da quinta-feira, 16, cerca de 3 mil servidores se concentraram em frente ao STF e fizeram muito barulho para dizer ao ministro Ricardo Lewandowski que estão cansados de esperar pelo fim do congelamento salarial e que querem do chefe do Judiciário uma postura firme de defesa do projeto.

Em marcha ao Palácio do Planalto, os servidores enfrentaram um forte esquema de segurança, mas conseguiram deixar a mensagem de que vão lutar até o fim pela sanção do PLC 28. A palavra de ordem era #SancionaDilma.

O protesto ocorreu paralela-

mente às atividades organizadas nos estados para fortalecer a mobilização. O Sintrajud está participando das atividades em Brasília e mobilizando ainda mais os servidores de São Paulo.

A categoria está em greve há mais de um mês pela recomposição das perdas salariais acumuladas nos últimos nove anos. Por pressão da forte greve deflagrada no dia 10 de junho, o projeto foi aprovado no dia 30 no Senado e agora a categoria intensifica a mobilização em todo o país para cobrar da presidente Dilma Rousseff (PT) a sanção.

A presidente tem até o dia 21 para sancionar o projeto. Nesta reta final, os servidores farão greve total em todo o país nos dias 20 e 21.

Vamos parar o Judiciário para a Dilma sancionar!

Valcir Araújo



Servidores realizaram manifestação em frente ao STF na quinta-feira, 16



Mais de 4 mil servidores fizeram passeata na Avenida Paulista no dia 24 de junho

A Paulista vai tremer!

Não é só em Brasília que os servidores vão para a rua! Em São Paulo, os dias 20 e 21 serão de muito barulho na luta pela sanção do PLC 28.

Na segunda-feira, 20, a categoria vai realizar uma manifestação em frente ao TRT da Consolação. Além disso, continuam os arrastões e atividades específicas nos fóruns do interior.

Já na terça-feira, os servidores podem preparar os apitos, cartazes e vuvuzelas para mais um Grande Ato Estadual pela sanção do PLC 28 na Avenida Paulista. "Vamos fazer muito barulho para mostrar a Dilma Rousseff e Ricardo Lewandowski que não aceitaremos mais congelamento salarial; queremos o PLC 28, já", afirma Ely Veríssimo, servidor do TRE-SP e diretor do Sintrajud.

#PLC28SancionaDilma

Barulho no DF

Entre os dias 20 e 22, Brasília estará lotada de servidores do Judiciário Federal que irão tirar o sono de Dilma Rousseff e Lewandowski para exigir a sanção do PLC 28. Caravanas de todo o país já estão a caminho da capital federal.

A caravana de São Paulo conta com mais de 60 servidores. No dia 21, a categoria fará uma manifestação na Praça dos Três Poderes, a partir das 15h, e depois os servidores darão início à Vigília pela Sanção do PLC 28.



Servidores Federais fazem Marcha em Brasília

Os servidores públicos federais estão organizando mais um dia de mobilização em Brasília. No dia 22, realizarão uma Marcha Nacional para pressionar o governo a apresentar uma resposta para as reivindicações da categoria.

O Ministério do Planejamento apresentou a proposta de reajuste salarial de 21,3% parcelado em quatro anos, o que não repõe as perdas acumuladas pela inflação do período. Os servidores rejeitaram a proposta e pedem 27% de reposição, sem parcelamento.

A caravana do Sintrajud também participará da Marcha. "O dia 22 será a data para unificar as lutas dos servidores federais. O governo quer nos isolar e colocar as outras categorias contra a gente, mas temos que sair do isolamento, mostrar para Dilma que se ela vetar vai ter que enfrentar não só o Judiciário, mas todos os servidores públicos Federais", afirma a servidora do TRF-3 Ana Luíza Figueiredo.


A próxima reunião entre o governo e o Fórum de Entidades do Funcionalismo Federal será nesta segunda-feira, dia 20.

GREVE

DO FUNCIONALISMO PÚBLICO FEDERAL

- ANDES-SN e FASUBRA** – Em greve desde o dia 28 de maio
 - Técnicos e Docentes das Universidades Federais
- FENAJUFE** – Em greve desde o dia 10 de junho
 - Trabalhadores do Judiciário Federal
- FENASPS** – Em greve desde o dia 7 de julho
 - Trabalhadores da Saúde, Previdência e Assistência Social
- SINASEFE** – Em greve desde o dia 13 de julho
 - Técnicos e Docentes dos Institutos Federais
- ASFOC** – Indicativo de greve marcado para o dia 16 de julho
 - Trabalhadores das Fiocruz
- CONDESEF** – Indicativo de greve marcado para o dia 22 de julho
 - Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal

MARCHA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO FEDERAL - 22 DE JULHO




No dia 23, tem Assembleia Geral

Categoria vai discutir no Fórum Ruy Barbosa os rumos da greve após decisão de Dilma sobre o PLC 28

Na Assembleia Geral da próxima quinta-feira, 23, os servidores já saberão a decisão de Dilma Rousseff (PT) sobre o PLC 28: se a presidente respeitará a autonomia orçamentária do Poder Judiciário, sancionando o reajuste salarial, ou se vetará o projeto, mantendo a injustiça que pesa sobre a categoria há nove anos.

Além de discutir o futuro da mobilização, a Assembleia também escolherá os representantes do Sintrajud na 2ª Reunião do Coletivo Nacional da Fenajufe de Técnicos do Judiciário e do MPU (Contec), que será realizada em Brasília no dia 25 de julho.



Índio Reis

Assembleia Geral do dia 15 de julho

Agenda nacional para manutenção e fortalecimento da greve

- ✓ **Dias 20 e 21** – Greve total nos estados, com vigília na noite do dia 21;
- ✓ **Dia 20 - 16h** – Reunião do Fórum de Entidades dos Servidores Públicos Federais e MPOG;
- ✓ **Dia 21 - 15h** – Ato em frente ao STF e Planalto com vigília;
- ✓ **Dia 22 - 9h** – Marcha dos Servidores Públicos Federais, concentração na Catedral;
- ✓ **Dia 22 - 12h** – Reunião do Comando Nacional de Greve para avaliar os desdobramentos da sanção ou veto;
- ✓ **Dia 23** – Assembleias nos estados para avaliar a greve a partir da indicação do Comando Nacional de Greve.

Agenda Estadual

- ✓ **Dias 20 e 21** – Greve total dos servidores do Judiciário Federal;
- ✓ **Dia 20 - 14h** – Ato no TRT Consolação;
- ✓ **Dia 21 - 14h** – 3º Grande Ato #PLC28SancionaDilma, na Avenida Paulista, com concentração no Fórum Pedro Lessa;
- ✓ **Dia 23 - 14h** – Assembleia Geral no Fórum Ruy Barbosa

JF repudia assédio e vai para a greve total

A greve total da JF terá forte adesão no Fórum Pedro Lessa, no TRF, no Juizado de Execuções Fiscais e no Juizado Especial Federal. Reunião setorial no dia 14 definiu a estratégia para fortalecer o movimento nesses locais.

No mesmo dia, servidores se reuniram com o presidente do TRF-3, desembargador Fábio Prieto. O desembargador declarou apoio à reivindicação pelo PLC 28 e prometeu avaliar a suspensão dos prazos nos locais em greve.

Moção contra juiz

Os servidores também lutam contra o assédio moral. Uma moção de repúdio contra o juiz da 2ª Vara do Fórum de Execuções Fiscais, Alfredo dos Santos Cunha, foi aprovada por unanimidade na assembleia geral do dia 15. Sem justificativa, o juiz retirou a função comissionada de uma grevista. “Assédio moral é crime e não vamos aceitar”, afirma a servidora da JF e diretora do Sintrajud Angélica Olivieri.

No TRE, greve para “arrancar a sanção”

Os servidores do TRE vão participar da greve total dos dias 20 e 21 e contam com a adesão dos colegas dos cartórios da capital e do interior. A decisão de intensificar a mobilização foi tomada em reunião setorial no dia 14 e desde então os servidores vêm se organizando, como fizeram quando da aprovação do PLC 28 no Senado.

Houve arrastões nos prédios do Eleitoral na quinta e na sexta-feira. “Precisamos de uma mobilização ainda mais forte do que quando conseguimos que o Senado aprovasse nosso projeto. Agora temos que arrancar a sanção de Dilma [Rousseff]”, diz a servidora Raquel Morel, diretora do Sintrajud.

JT: saiu reajuste, mas para o plano de saúde

Em assembleia setorial no Fórum Ruy Barbosa na quinta-feira, 16, os servidores do TRT-2 indicaram a criação de um comitê aberto para discutir o plano de saúde, com representantes de todos os tribunais, e de uma secretaria no Sintrajud para tratar do tema. A operadora Notredame reajustou as mensalidades do plano em 19%.

“É preciso aumentar o valor repassado pelo Tribunal para a manutenção do plano de saúde. Não recebemos reajuste salarial há nove anos; é um absurdo que os servidores tenham que pagar esse aumento”, afirma a servidora da Justiça Trabalhista e diretora do Sintrajud Inês Leal.

“Outra solução a longo prazo para essa questão é fazer um plano autogestionado entre os servidores e o tribunal”, completa.

O contrato entre o TRT-2 e a operadora completou dois anos

em junho e prevê que as mensalidades sejam reajustadas de acordo com o uso do plano – a chamada “sinistralidade”.

Nova assembleia

De acordo com o Tribunal, a NotreDame pretendia reajustar os valores em 27%, mas reduziu o percentual após negociações.

Ao longo do ano, o Sintrajud acompanhou os relatórios contábeis da NotreDame, que servem de base para o cálculo da sinistralidade. No último trimestre, os valores que constam do relatório aumentaram muito. O Tribunal afirma que os números já passaram por auditoria.

Na próxima sexta-feira, 25, nova assembleia setorial discutirá o tema, com participação do economista Washington de Moura Lima, que assessora o Sintrajud. A assembleia será no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, às 13h.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO SINTRAJUD/SP

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus coordenadores abaixo assinado, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade, faz saber que fará realizar a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no dia 23 de julho do ano corrente, a partir das 14h, em 1ª convocação com a presença de pelo menos metade mais um dos associados quites com a tesouraria e, em 2ª convocação, trinta minutos após, em qualquer número. A as-

sembleia será realizada no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, situado na Avenida Marquês de São Vicente, 235, Barra Funda, São Paulo/SP. PAUTA: 1. Informes da Campanha Salarial; 2. Avaliação do movimento paredista; 3. Escolha de representantes para o Contec (Coletivo Nacional da Fenajufe de Técnicos do Judiciário e do MPU); 4. Outros assuntos de interesse da categoria. São Paulo, 17 de julho 2015. Inês Leal de Castro - Antonio dos Anjos Melquiades - Coordenadores Gerais



Jornal do Judiciário



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Elizaldo Veríssimo da Silva, Ênio Ferreira Mathias, Erlon Sampaio de Almeida, Flávio Conrado Junior, Inês de Castro, João Carlos Carvalho da Silva, Jorge Henrique Jacyntho Aristóteles, Lucas José Dantas Freitas, Lynira Rodrigues Sardinha, Maria Angélica Olivieri, Maria Helena Garcia Leal, Maurício Rezzani, Raquel Morel Gonzaga, Romeu Egydio Natal Meirelles, Salomão Sousa Ferreira

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br
Subsede Baixada Santista: Rua Adolfo Assis, 86 - Vila Belmiro - CEP 11075-360 - Tel.: (13) 3238-3807 Santos/SP - Email: sintrajudsantos3@gmail.com

Editora: Edna Pinson | Jornalistas: Hélio Batista Barboza e Shuellen Peixoto | Colaboração: Hélio Duarte Filho | Diagramação: Roberto Lima | Tiragem: 12.500 exemplares

